



# PAZ, NEOLIBERALISMO E MUDANÇAS POLÍTICAS NA COLÔMBIA



Dossiê nº23  
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
Dezembro de 2019

# PAZ, NEOLIBERALISMO E MUDANÇAS POLÍTICAS NA COLÔMBIA



Dossiê nº23 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
Dezembro de 2019

A paz na Colômbia está na agenda política do continente há décadas. O movimento popular latino-americano testemunhou a aplicação de uma política internacional orientada pelos EUA por meio do Plano Colômbia e da instalação de sete bases militares estrangeiras em território colombiano. Também testemunhou os esforços para alcançar a paz em meio a intensas negociações. Para a Colômbia e para os povos de Nuestra América, a paz assume uma complexidade que põe em tensão o conjunto do cenário político e se constitui como um eixo central da disputa entre o neoliberalismo e as aspirações populares.

As forças da extrema direita ligadas ao modelo dominante de financeirização permanecem comprometidas em sustentar a guerra como um cenário vantajoso para seus interesses econômicos e sua perpetuação política. Assim, apesar dos esforços populares, o contexto atual é de crescente violência, marcado pelo assassinato de muitos líderes comunitários e sociais, e por um discurso oficial de permanente ataque à Venezuela bolivariana, sobre a qual são promovidas ações desestabilizadoras e uma retórica agressiva que, pelo menos no plano do discurso, anuncia a intervenção militar e uma possível guerra transfronteiriça.

No entanto, os resultados das eleições regionais e municipais, no final de outubro na Colômbia, significaram uma derrota para o atual governo do presidente Iván Duque. Nas principais cidades do país, o triunfo de diferentes forças da oposição sinalizou a queda da coalizão oficial, promovida pelo ex-presidente

Uribe, que há quase um ano saiu vitoriosa nas eleições presidenciais, graças a um discurso bélico e crítico aos Acordos de Paz e negociações realizados pelo governo anterior.

Mais uma vez, o povo da Colômbia está na encruzilhada entre os tambores da guerra e a esperança da paz, uma tensão que tem uma história mais recente, mas está ancorada em um processo de longo prazo, relacionado a uma série de dimensões complexas. Este novo dossiê do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social** se debruça sobre essa questão, no qual são examinadas as razões profundas e as atuais clivagens do contraste entre guerra e paz.





Mobilização em Catatumbo, departamento de Santander do Norte.  
Associação Camponesa de Catatumbo - Ascamcat.

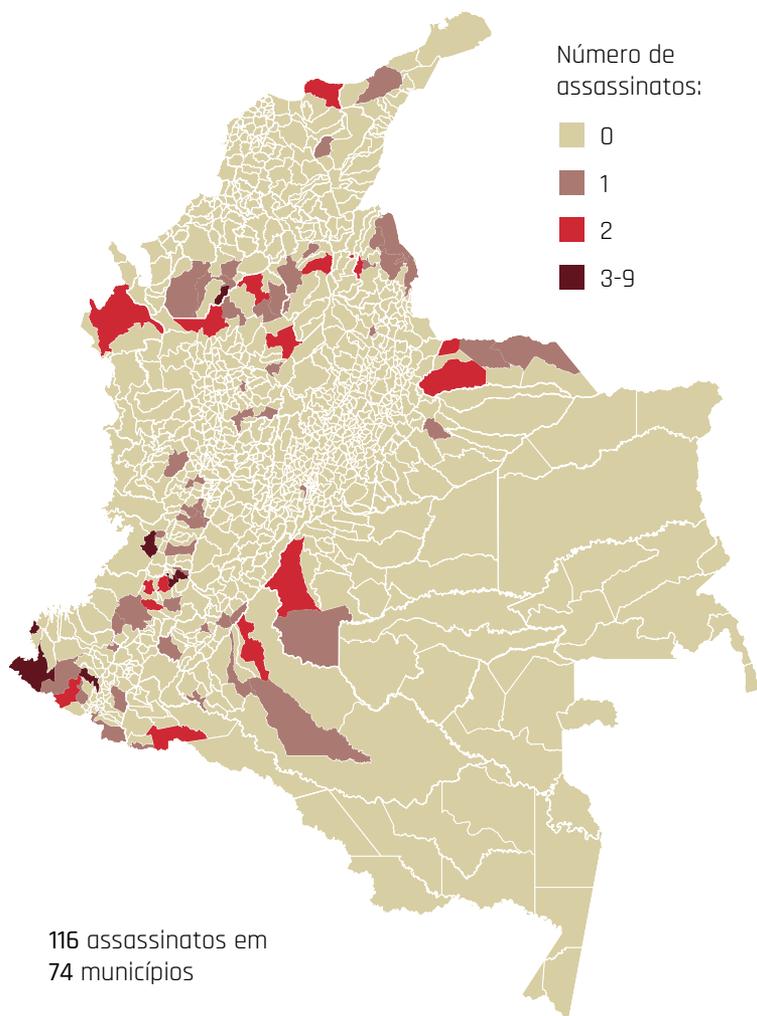
## *O longo caminho da paz e da transformação social*

As causas estruturais do conflito social, político e armado colombiano são, principalmente, a extrema desigualdade, a concentração de terras e os obstáculos à participação política. A Colômbia é o país mais desigual da América Latina quanto à distribuição de terras. De acordo com o censo agrícola nacional, 81% das terras estão nas mãos de 1% da população, enquanto 19% das propriedades estão com os 99% restantes, principalmente camponeses (Censo Agrícola, 2015). Essas condições de pobreza nas áreas rurais afetam mais as mulheres, que possuem apenas 26% dos títulos de propriedade da terra e, na prática, não têm direito à saúde, moradia e educação. Segundo a Oxfam, um milhão de famílias rurais na Colômbia vivem num espaço menor do que aquele que uma vaca precisa para se alimentar (Oxfam, 2017).

O modelo econômico colombiano, focado no extrativismo – explorado pelas mineradoras multinacionais –, no agronegócio e na pecuária, é complementado por uma democracia nominal, usada para limitar a participação política do campo democrático e popular. A estigmatização, a perseguição e a eliminação de pessoas ligadas a correntes ideológicas de esquerda ou opositoras são hábitos do Estado, como demonstra o assassinato sistemático de líderes sociais (Indepaz, 2018).

## Lideranças assassinadas na Colômbia em 2019<sup>1</sup> (1 de Janeiro - 26 de Julho)

Fonte: [Indepaz](#)



1 O número de assassinatos em novembro (2019) continua aumentando. Em 1º de outubro, 155 mortes haviam sido registradas, concentradas nas mesmas áreas mostradas neste mapa.

A Guerra Fria, primeiro, e depois uma guerra híbrida, no contexto do Plano Colômbia, reforçaram a prática da eliminação física de organizações sociais, movimentos e partidos políticos, especialmente da esquerda. Nas décadas de 1980 e 1990, houve na Colômbia o genocídio político da União Patriótica – um partido que surgiu do primeiro acordo de paz entre o Estado e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em 1984 – que acabou com a vida de mais de 4 mil de seus militantes (Cepeda, 2006). Uma prática violenta que outros grupos populares sofrem continuamente até hoje. Em 2018, foram registradas 1.151 ameaças de morte, 648 assassinatos e 304 denúncias de lesões físicas e assédio (Cinep, 2019).

Nesse contexto, e obrigados por um crescente movimento popular pela paz, as Farc e o Estado concretizaram em 2016 um novo Acordo de Paz que, depois de quatro anos de negociações, contempla uma arquitetura organizada em seis pontos: 1) uma reforma rural integral; 2) a abertura democrática para a paz; 3) o fim do conflito; 4) luta contra as drogas ilícitas; 5) sistema de Verdade, Justiça e Reparação para as vítimas; 6) garantias para a implementação dos acordos (Acordo de Paz, 2016).

A reforma rural integral definida nos acordos cria um fundo de 3 milhões de hectares a ser concedido a camponeses, indígenas e afrodescendentes vítimas da pobreza. Para possibilitar seu uso, o acordo prevê a criação de programas de desenvolvimento com foco territorial, com a participação obrigatória das organizações rurais. Em contrapartida, o acordo para a abertura democrática consagrou um “estatuto da oposição”,

em que são contemplados garantias e direitos para o exercício da política, tanto de movimentos sociais quanto de organizações de base e partidos políticos. Há ainda dois subitens, ainda inacabados, que criam uma circunscrição eleitoral de paz, integrando 16 representantes do movimento popular ao Congresso da República, e uma profunda reforma do sistema político.

O tamanho das reformas propostas no acordo e o seu escopo político encontraram forte oposição dos setores políticos e econômicos que se beneficiam da desigualdade, do modelo rentista e da financeirização da terra. Segundo os relatórios da ONU e do Instituto Kroc (Universidade de Notre Dame), a lentidão do avanço no processo de implementação do Acordo de Paz traz efeitos negativos para os cidadãos e, especialmente, para ex-combatentes. Pode-se afirmar que sua implementação completa e eficiente poderia abrir possibilidades de fortalecer uma alternativa política e econômica na Colômbia, pois daria garantias às forças populares e constituiria um polo de disputa política e de modelo econômico. Diante desse cenário, as forças de ultradireita e militaristas, incluindo o governo nacional, impedem sua implementação e se recusam a construir uma paz completa.

## *Dos Acordos de Paz (2016) às recentes eleições (2019): as disputas pela paz*

Durante décadas, a política colombiana girou em torno do dilema entre guerra e paz, deixando em segundo plano as disputas econômicas e sociais atinentes ao modelo neoliberal. Nesse contexto, enquanto setores de poder – nacionais e estrangeiros – promoveram uma saída militarista para o conflito armado interno, o movimento popular conseguiu acumular forças suficientes para colocar a paz como eixo central da política colombiana. Assim, os discursos e emoções políticas começaram a girar em torno de como sair da guerra por meio do diálogo, e de uma saída política para o conflito.

A paz alcançou essa centralidade, embora setores do poder propensos à guerra persistam. O ideário da paz completa, depois de décadas de disputas populares, foi forjado com o objetivo de incluir todas as insurgências, abrir as portas da democracia e permitir que os de baixo expressem como pensam a Colômbia – a partir da vida da ruralidade – na perspectiva das vítimas, mulheres, dissidentes e trabalhadores precarizados nas grandes e médias cidades. A hipótese política da paz não foi construída com base no silêncio da guerra, mas em seu funcionamento como eixo da política nacional para reconstituir a ideia de ação cidadã em torno da mudança da ordem social atual; isto é, o desafio de construir um projeto contra-hegemonico, a partir

da paz, que se oponha ao neoliberalismo armado (González Casanova, 2013; Seoane, 2016), constituído no país como um modo de governo e economia.



Mobilização em Barranquilla, departamento de Atlántico.  
Equipe de Comunicação da Marcha Patriótica.

Com a assinatura do Acordo de Paz entre o Estado e as Farc e o início dos diálogos com o Exército de Libertação Nacional (ELN), em 2016, iniciou-se uma mudança no cenário político e eleitoral. Em primeiro lugar, o eleitorado se polarizou entre aqueles que apoiavam ou não o Acordo (nem todos que foram contra o acordo eram contra a paz), o que gerou uma derrota parcial do movimento pela paz e das forças populares no plebiscito de 2016 que obrigou a modificar o acordo original, alterações estas ratificadas posteriormente pelo Congresso. Dois anos depois, com o Acordo em pleno processo de implementação, ocorreram as eleições presidenciais. Iván Duque, candidato da coalizão uribista, contrário ao Acordo de Paz e expressão da saída militarista e repressiva, triunfou; no entanto, pela primeira vez na história colombiana, um candidato progressista chegou ao segundo turno, desafiando o poder da direita instalado desde o século XIX. Mais de 8,2 milhões de pessoas votaram no progressismo, confirmando a hipótese de desejo de mudança em um segmento da população pronto para desafiar a hegemonia da direita e da guerra.

Finalmente, em 27 de outubro de 2019, foram realizadas eleições municipais e departamentais que deram nova força às tendências eleitorais de ruptura e de centralidade na paz. Como resultado, as principais cidades do país (Bogotá, Medellín, Cali, Cartagena, Cúcuta, Bucaramanga, Manizales) serão governadas por setores independentes dos partidos tradicionais, com tendências progressistas e convencidas da paz democrática. Expressou-se, assim, uma ruptura política em que

a busca por programas e demandas sociais começa a ser central na definição de autoridades governamentais, e o passado tradicional clientelista e de coerção só têm efeitos em municípios com baixa ou média densidade populacional, onde as lógicas conservadoras ainda prevalecem.

Embora os resultados das eleições não beneficiem diretamente aos ex-combatentes guerrilheiros, eles conquistaram uma prefeitura e várias representações legislativas locais. As Farc também têm dez cadeiras no Congresso, designadas como parte do Acordo de Paz, e o desafio de construir, com a parcela da sociedade que aposta na paz, um cenário de convergência política que tire o país do neoliberalismo, embora tenham de enfrentar forças poderosas, lideradas pelo presidente Iván Duque, que reivindicam um país em guerra. Lembre-se de que, no contexto dessas eleições, foram assassinados 21 candidatos de vários partidos e em várias partes do país o voto foi restringido pelos poderes locais aliados à violência. A paz ainda está em disputa.

## *Extrativismo, militarização e alternativas*

O Acordo de Paz entre o Estado e as Farc-EP teve como objetivo superar as restrições democráticas impostas pelo sistema político e os efeitos do modelo econômico que lhe sustenta, defendido por frações poderosas das classes dominantes que causam desigualdade e pobreza estruturais e que se beneficiam da própria dinâmica armada que o conflito social assumiu.

Nessa perspectiva, existem quatro restrições à democracia impostas por esse modelo econômico: 1) a militarização e a repressão, sob a doutrina do inimigo interno; 2) a coerção à cidadania com a conivência estatal e paramilitar em áreas de interesse para o modelo neoliberal; 3) as políticas de ajuste neoliberal; e 4) o boicote à implementação do Acordo de Paz por parte do governo nacional. Essas quatro políticas se desenvolvem em territórios vinculados a três iniciativas socioeconômicas: o uso do faturamento hidráulico (*fracking*), a promoção da mega mineração e a ação punitiva contra os plantadores de folhas de coca. Ações que aprofundam as causas do conflito armado e buscam ampliar a desigualdade própria do modelo econômico. Portanto, enquanto os dois primeiros reforçam a financeirização econômica, o terceiro acentua a fracassada “guerra às drogas” imposta pelos EUA. Um modelo que mantém a desigualdade e a miséria nas cidades, onde 85% dos trabalhadores recebem menos de 500 dólares por mês (Dane, 2018).



Mobilização no departamento de Cauca, 2013.  
Equipe de Comunicação da Marcha Patriótica.

Trata-se de um neoliberalismo com intervenção estrangeira que, apesar de tudo, encontra forte resistência nos territórios. Organizações populares e movimentos sociais o enfrentam com mobilizações, liderando lutas importantes contra a mega-mineração, pela água, pela substituição acordada (financiada pelo Estado) de culturas ilícitas. Lutas por trabalho digno e por um movimento pela paz que detenha a militarização estatal dos territórios e permita, sob a democracia, a ação política por mudança social. Disputas que são territoriais e comunais, com um senso histórico de defesa da terra, dos bens comuns e da produção soberana de alimentos.

A orientação política e econômica do Estado colombiano baseia-se na manutenção de um sistema de abandono dos trabalhadores precarizados nas cidades e no campo, sustentando a miséria das populações indígenas, camponesas e afrodescendentes, apoiada em uma estratégia de conivência e apoio à criação de grupos paramilitares (Molano, 2015, 196-198). Com esse modelo de saque, apenas 26,6% da população colombiana vive em áreas rurais, das quais 45,6% vivem abaixo da linha da pobreza, chegando a 63,5% para as comunidades étnicas (Censo Agrário, 2015). O território da Colômbia possui uma área de 1,13 milhão de km<sup>2</sup>, onde existem áreas habitadas que permanecem isoladas, sem infraestrutura viária ou políticas públicas de integração territorial. A pobreza extrema na zona rural – especialmente entre a população afrodescendente e indígena – é semelhante ou superior a Ruanda ou Etiópia, e a desigualdade é a segunda no continente (Gini: 0,53), depois do Haiti (Gini: 0,60). Esse panorama rural de desigualdade e

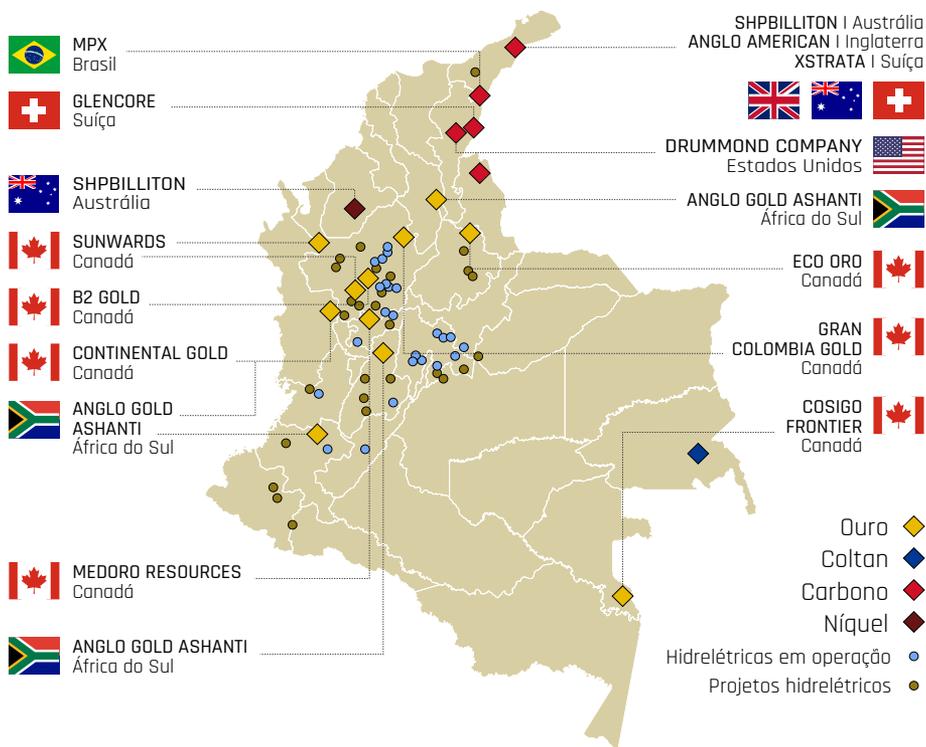
pobreza contextualiza a prevalência das culturas de folhas de coca, papoula e maconha usadas para produzir drogas ilícitas.

Uma realidade que o movimento popular enfrenta com projetos coletivos de resistência econômica e luta por um modelo rural diferente do neoliberal já descrito. As Zonas de Reserva Camponesa (ZRC) e as Zonas de Desenvolvimento Agroalimentar (ZDA) são as propostas coletivas mais destacadas que promovem projetos alimentares baseados em modelos de propriedade coletiva da terra e de autossustentabilidade reconhecidos como bem-sucedidos. São novas propostas de reforma agrária orientadas para a soberania alimentar, desenvolvidas com sucesso em várias regiões do país e que buscam uma saída para as lavouras ilegais. Hoje existem seis ZRC estabelecidas que totalizam 831 mil hectares em seis departamentos do país, e outras sete (total de 1.253.000 hectares) aguardam para serem reconhecidos pelo Estado. São processos populares fundamentais na formação da Cúpula Agrária, Étnica, Camponesa e Popular, em 2014, um projeto de unidade de lutas rurais e populares, que hoje representam o setor mais dinâmico do movimento social e o mais ativo na busca da solução política para conflitos armados.

A paz nessa perspectiva de transformação do modelo econômico da ruralidade é uma possibilidade certa para sair do neoliberalismo. Se o povo colombiano conseguir vencer a disputa pela paz, com garantias democráticas, o modelo popular rural será central na disputa contra-hegemônica. O problema nodal da terra é então paradoxal. Devido ao seu papel na

acumulação e na financeirização, tem sido o principal motor da guerra; mas, mudando seu curso, pode se tornar o fator de mudança.

## Títulos e solicitações de concessões mineiras e principais empresas



Fonte: [Rede de ação frente ao extrativismo](#)

## *Geopolítica do conflito armado interno*

A Colômbia se tornou um agente-chave na disputa geopolítica regional em favor dos interesses dos EUA e seus propósitos de reposicionamento regional após duas décadas de governos progressistas e anti-imperialistas. Para o país do Norte, é necessário superar a crise financeira e sistêmica iniciada em 2008. As guerras híbridas na região, que se desenvolveram por meio de golpes “brandos”, das guerras judiciais (*lawfare*) e da chamada assistência ao desenvolvimento (*softpower*), expressaram-se na Colômbia sob a forma de “guerra às drogas”, encobrendo seu verdadeiro objetivo de sufocar as lutas populares e ter disponíveis, sem obstáculos, os recursos energéticos de mineração e a biodiversidade andino-amazônica.

A classe dominante, com o apoio dos EUA, transformou o país em um campo operacional a partir do qual projetou as consequências do conflito armado interno para a política latino-americana e consolidou uma situação de guerra híbrida transfronteiriça com o objetivo de intervir no controle geopolítico da região e, em particular, sobre o poder político e econômico da República Bolivariana da Venezuela. É claro que os EUA e seus aliados colombianos consideram vital uma derrota do projeto bolivariano, supondo que após sua queda será difícil reconstituir um projeto emancipatório na região.



**Distrito El Mango, outubro de 2015, departamento de Cauca.  
Equipe de Comunicação da Marcha Patriótica.**

Nesse contexto, para os EUA, o conflito armado interno na Colômbia é funcional. Um conflito nascido na década de 1960 como parte das disputas suscitadas pela instalação e desenvolvimento do capitalismo tardio no país e pela interferência externa por meio do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), a da Aliança para o Progresso e as missões de especialistas economistas e militares. Assim, desde aqueles anos, foram desenvolvidas condições para as classes dominantes, as Forças Armadas e a sociedade civil (submetida a essas condições culturais hegemônicas) favorecerem planos e ações imperialistas no país e na América do Sul. Na mesma direção, os poderosos do país e os EUA persistiram na saída militar para o conflito interno pelo qual promoveram o plano militar mais sofisticado imposto na região – o chamado Plano Colômbia –, fortalecendo as Forças Armadas e a repressão.

Desde 2001, os EUA avaliaram a situação do conflito armado interno como uma ameaça real que desafiava o Estado colombiano (Marcella; Wilhelm, 2001), uma preocupação ampliada por causa do avanço do bolivarianismo na Venezuela e dos governos progressistas da região. Nesse contexto, avalizou-se uma maior intervenção militar e política no país. Dez anos depois, em 2011, o conflito armado estava longe de ser resolvido e havia se prolongado em um cenário de empate negativo em que nenhuma das forças poderia se submeter à outra, embora as Forças Armadas tivessem construído uma superioridade técnica e tivessem desferido fortes ataques à insurgência. Nesse contexto, ocorreram as conversas concluídas com os Acordos de Paz de 2016. As ações desestabilizadoras das

elites contra a Venezuela foram mantidas devido ao servilismo e à longa “assistência” dos EUA, tanto militar como política, para sustentar a ordem social em vigor na Colômbia. No calor dessa intervenção, foi criado um “complexo industrial militar dependente”, em torno do qual orbitam empresas privadas colombianas, estadunidenses e israelenses que se beneficiam dos negócios de segurança e defesa que representam 13,1% do orçamento nacional.

Essa lógica empresarial da guerra presente nas esferas do poder se sobrepõe a qualquer consideração política pela paz e justiça social. As Forças Armadas colombianas e seus parceiros privados estão autorizados a fabricar produtos bélicos, rifles, projéteis, explosivos e, em menor grau, simuladores de aeronaves não tripuladas, radares e barcos-patrolha, mas são obrigados a comprar suprimentos e *know-how* de seus parceiros estadunidenses e israelenses, como aparelhos de ciber segurança e treinamento para sustentar a guerra híbrida, não apenas contra os guerrilheiros, mas também contra os desafios hemisféricos que os EUA consideram prioritários: governos progressistas, a revolução cubana e venezuelana e, sobretudo, os avanços nas relações políticas e comerciais entre os países da América Latina e os RICS – Rússia, Índia, China e África do Sul.

A aliança da Colômbia com os EUA em suas aventuras geopolíticas consolida-se com a entrada do país sul-americano na Otan como parceiro global, ampliando a tensão devido a uma possível invasão da Venezuela e desempenhando com mais precisão o papel que o governo colombiano deseja cumprir nos planos

regionais dos EUA; justificando a continuidade do aparato de guerra que serve para conter o descontentamento social resultante da desigualdade e pobreza próprias do neoliberalismo.

Nesse cenário, o governo de Iván Duque pretende dar prioridade à “guerra às drogas” imposta pelo governo Donald Trump e ao confronto ideológico contra os governos progressistas da região, especialmente nos processos venezuelano e cubano. As condições internas, entretanto, parecem atrapalhar esses projetos da extrema direita, pois ali o governo parece não ter força ou consenso político suficientes para conduzir eficazmente a economia nacional ou conjurar a capacidade de mobilização e luta de importantes setores da sociedade colombiana que resistem, mesmo sob constantes violações dos direitos humanos, repressão e assassinato de líderes sociais – embora o país mantenha sua agressividade contra os governos progressistas da região.

## *Verdade e justiça: a paz política*

O conflito armado colombiano, devido à sua extensão de seis décadas, teve vários estágios e variações em seus modos de operação. Assim, até 1991, foi enquadrado nas abordagens da Guerra Fria, em que o conceito de inimigo interno era central e o combate à insurgência foi desenvolvido por meio de ações de inteligência e operações militares em campo. Em seguida, assumiu a forma de uma guerra de amplo espectro ou híbrida, consolidada pelo Plano Colômbia, que combinava ações psicológicas, judiciais e midiáticas, com uma sofisticada atividade dos meios de comunicação, que acabou gerando uma “pós-verdade” sobre o conflito, negando as condições sociais e políticas que deram origem ao levante armado civil na década de 1960. Esse último período pode ser considerado um laboratório do “*lawfare*”, ou guerra judicial, aplicada posteriormente na América Latina (Romano, 2019).

Com esses instrumentos foram realizadas prisões em massa de líderes sociais, acusando-os de apoiar as guerrilhas, populações inteiras foram intimidadas para que retirassem seu apoio a elas e tomando ações legais para impedir uma saída política do conflito, ao considerar os guerrilheiros como grupos terroristas e, de fato, negando a existência de um conflito armado interno. Um pulso político que acabou decantando nos diálogos de paz entre o Estado e as Farc em Havana, e depois na mesa montada entre o Estado e o ELN (que terminou sem um acordo final),

porque, em ambos os casos, as guerrilhas foram reconhecidas como organizações políticas.

Os desenhos institucionais da justiça comum e da justiça de transição apoiados pelos EUA por meio da formação de juízes e da exportação do sistema penal acusatório reafirmam a concepção de “combater o inimigo interno e o terrorismo”, como ocorreu no processo de paz na Guatemala e em alguns aspectos no da Colômbia (Calderón, 2019). No entanto, o modelo de justiça e verdade acordado entre o Estado e as Farc visava à restauração moral das vítimas e, principalmente, a esclarecer a verdade ilusória e obscura, escondida pela guerra híbrida ao menos nas últimas duas décadas.

Para buscar a verdade e a não repetição da história, foram estabelecidas duas instituições independentes do sistema judicial formal: a Comissão de Esclarecimento da Verdade e a Jurisdição Especial de Paz (JEP), encarregadas de revelar as responsabilidades dos militares, guerrilheiros e empresários nas violações do Direito Internacional Humanitário (DIH) durante o longo conflito armado interno. A JEP enfatiza o conhecimento da verdade sobre o conflito sob uma perspectiva restaurativa e administra a justiça para aqueles que se subordinem às condições impostas, em busca da verdade sobre os fatos por meio de “megacausas” requeridas pelas vítimas, ou a partir de ofícios de denúncias preexistentes.

Esse sistema de justiça é combatido pela extrema direita colombiana, por considerar que equipara os crimes cometidos pelos

insurgentes e aos dos agentes do Estado. Esses setores reivindicam impunidade para os militares e empresários e punição para os guerrilheiros. Uma tensão que configura um processo de longo prazo, com muitos obstáculos, como aconteceu em outros países ou em transições de ditaduras para democracias.

Nesse sentido, o Acordo de Paz não promulgou uma lei de ponto final, mas um sistema de disputa pela verdade, complexo e com alcances relativos, pois depende da capacidade das organizações das vítimas e da correlação de forças políticas para avançar sobre os interesses dos setores da classe dominante que tinham (ou continuam a ter) ampla responsabilidade por crimes de guerra e por terem usado o conflito armado como um meio de enriquecimento. Dessa forma, justiça e verdade são instrumentos poderosos, porque incluem a verdade sobre o financiamento do paramilitarismo, o que pode ajudar em seu desmantelamento e gerar condições de segurança para desenvolver uma efetiva abertura democrática.



Mobilização nacional em apoio ao Acordo de Paz, novembro de 2016, Bogotá D.C.  
Equipe de Comunicação da Marcha Patriótica.

## *No presente, em direção ao futuro*

- Na Colômbia, a paz está em disputa. É uma luta que implica mudar completamente o eixo gravitacional da política do país da guerra para a paz. Os seis pontos do Acordo de Paz se tornaram um programa de luta antineoliberal que dialoga e se enriquece com outras demandas populares. Ele define um caminho de abertura democrática que envolve retirar a violência do exercício da política, pois esta é reproduzida pelo poder estabelecido em várias regiões do país. O acordo também é um roteiro para superar as condições de desigualdade e pobreza, especialmente nas áreas rurais, onde o modelo de acumulação e expropriação de riqueza está concentrado, reconhecendo e reparando milhões de pessoas afetadas pela guerra. Preservar a vida do movimento popular e das comunidades é essencial para abrir caminho para mudanças democráticas.
- O governo colombiano, liderado pela extrema direita, age contra o Acordo de Paz. Utiliza mecanismos institucionais e burocráticos para atrasar a implementação dos seis pontos do Acordo e se recusa a dialogar com o ELN. Eles têm medo da paz política porque esta implica dismantelar o sistema de dominação baseado na coerção, repressão e estigmatização do movimento popular.



Marcha Nacional Indígena, maio de 2016, departamento de Cauca.  
Equipe de Comunicação da Marcha Patriótica.

- Os benefícios da guerra são transfronteiriços e fazem parte da ação geopolítica da direita latino-americana e dos EUA. A paz política abre a possibilidade de desafiar o poder estabelecido a partir do qual a agenda de desestabilização de vários projetos progressistas na região está sendo promovida e, em particular, o bloqueio e as ameaças de intervenção militar contra a Venezuela. Tanto a implementação do que foi acordado no Acordo de Paz de 2016 quanto a realização de um acordo com o ELN permitiriam maiores progressos do movimento popular e dos setores antineoliberais nas lutas pela transformação política e econômica do país, não isento de contradições e obstáculos. A tendência nas grandes cidades do país, onde avançam expressões políticas progressistas e independentes que limitam o poder tradicional e a extrema direita, expressas nas eleições deste ano, mostram isso.
- As violações estatais do acordo também visam gerar fraturas no movimento popular. A estratégia de dividir opiniões em torno da estratégia de luta pela paz é evidente. Enquanto não houver paz com todos os guerrilheiros, a estratégia de dominação estatal baseada na desigualdade, pobreza e coerção continuará e a vida ficará exposta à persistência de ações paramilitares. As mortes sistemáticas de lideranças sociais e dirigentes políticos do campo popular – intensificadas nos últimos meses – têm o objetivo de gerar medo e raiva, em busca de respostas violentas que quebrem

a atual tendência social que não acredita no relato oficial da guerra e começa a reconhecer uma realidade diferente da pós-verdade manipuladora que colocou o governo como o “lado bom” e o campo popular como o “ruim”.





Mobilização no departamento de Cauca.  
Associação Camponesa de Catatumbo - Ascamcat.

## *Bibliografía utilizada*

Environmental Justice Atlas (2019). *Atlas de conflictos socioambientales*. Disponible en: <https://ejatlas.org/country/colombia>

Gobierno de Colombia. Oficina del Alto Comisionado para la Paz (2016). *Acuerdo para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera*. Disponible en: <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/Documentos%20compartidos/24-11-2016NuevoAcuerdoFinal.pdf>

Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia (2015). *Acuerdo de Donación de Objetivos de Desarrollo. Enmienda # 12*. Disponible en: <http://apw.cancilleria.gov.co/tratados/sitepages/menu.aspx>

Calderón, Javier (2019). *Injerencia judicial e impunidad en Colombia y Guatemala*. Disponible en: <https://www.celag.org/injerencia-judicial-e-impunidad-en-colombia-y-guatemala/>

Censo Agrario (2015). *Censo nacional Agropecuario*. Disponible en: <https://www.dane.gov.co/files/images/foros/foro-de-entrega-de-resultados-y-cierre-3-censo-nacional-agropecuario/CNATomo2-Resultados.pdf>

Cepeda, Iván (2006). *Genocidio Político: el caso de la Unión Patriótica en Colombia*. Disponible en: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r24797.pdf>

CINEP (2019). *Informe DDHH 2019: Violencia camuflada: la base social en riesgo*. Disponible en: <https://www.cinep.org.co/Home2/component/k2/690-informe-ddhh-violencia-camuflada-la-base-social-en-riesgo.html>. Puede consultarse también: <https://www.youtube.com/watch?v=p6PEgk1IBYU>

Colectivo de Abogados Alvear Restrepo - CAJAR (2015). *Desplazamiento y restitución de tierras*. Disponible en: <https://www.colectivodeabogados.org/?Despojo-desplazamiento-y-restitucion-de-tierras>

Indepaz (2019). *Informe Todas las voces todos los rostros. Actualización a mayo de 2019*. Disponible en: <http://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2019/04/SEPARATA-DE-ACTUALIZACION-C3%93N-Informe-Todas-las-vozes-todos-los-rostros.-30-Abril-de-2019.pdf>

Instituto Kroc de Estudios Internacionales de Paz (2019). *Tercer informe sobre la implementación del Acuerdo de Paz*. Disponible en: <https://kroc.nd.edu/news-events/news/tercer-informe-sobre-la-implementacion-del-acuerdo-de-paz-la-implementacion-sigue-progresando/>

González, Casanova Pablo (2013). “Democracia, neoliberalismo y la lucha por la emancipación”. *Desacatos*. núm. 42, mayo-agosto, 2013, pp. 203-213. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social Distrito Federal, México. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13926971012>

Lajtmán, Tamara y Arias Barona, Christian (2019). *Guerra infinita: EE. UU. y las drogas en Colombia*. Disponible en: <https://www.celag.org/guerra-infinita-eeuu-y-las-drogas-en-colombia/>

Molano, Alfredo (2015). “Conflicto Social y Rebelión Armada”, en *Ensayos críticos de la Comisión Histórica del Conflicto Armado y sus Víctimas (CHCV)*. Bogotá, editorial. Gentes del Común.

Oxfam (2017). *Radiografía de la Desigualdad, lo que nos dice el último Censo Agropecuario sobre la distribución de la tierra en Colombia*, Oxfam. Disponible en: <https://www.oxfam.org/es/informes/radiografia-de-la-desigualdad>

Romano, Silvina, y Calderón, Javier (2017). *Impactos del plan Colombia: otro éxito made in América*. Disponible en <https://redh-cuba.org/2017/07/impactos-del-plan-colombia-otro-exito-made-in-america-silvina-romano-y-javier-calderon/>

Seoane, José (2016). “Ofensiva neoliberal y resistencias populares: una contribución al debate colectivo sobre el presente y el futuro de los proyectos emancipatorios en Nuestra América”, en *Revista Debates Urgentes* N° 4. Disponible en: <https://ticsmovimientos.wordpress.com/2017/06/26/ofensiva-neoliberal-y-resistencias-populares/>

Security Assistance Monitor (s/f). Programa Militar para Colombia. Disponible en: <http://securityassistance.org/data/program/military/Colombia/>

UNDOC (2019). Informe de monitoreo de cultivos de uso ilícito en Colombia. Disponible en: [https://www.unodc.org/documents/colombia/2019/Agosto/Informe\\_de\\_Monitoreo\\_de\\_Territorios\\_Afectador\\_por\\_Cultivos\\_Ilicitos\\_en\\_Colombia\\_2018\\_.pdf](https://www.unodc.org/documents/colombia/2019/Agosto/Informe_de_Monitoreo_de_Territorios_Afectador_por_Cultivos_Ilicitos_en_Colombia_2018_.pdf)

Marcella, Gabriel; Wilhelm, Charles (2001). Plan Colombia: Some differing perspectives. Disponible en: [https://www.globalsecurity.org/military/library/report/2001/ssi\\_marcella-wilhelm-tovar-calderon-marquis.htm](https://www.globalsecurity.org/military/library/report/2001/ssi_marcella-wilhelm-tovar-calderon-marquis.htm)

Este dossiê foi elaborado pelo Grupo de Pensamento Crítico Colombiano do Instituto de Estudos em América Latina e Caribe (IEALC), Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires. Agradecemos especialmente aos pesquisadores desse coletivo por sua colaboração com o **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.





Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
*é uma instituição internacional, organizado por  
movimentos, com foco em estimular o debate  
intelectual para o serviço das aspirações do povo.*  
[www.otricontinental.org](http://www.otricontinental.org)

Instituto Tricontinental de Investigación Social  
*es una institución promovida por los movimientos,  
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio  
de las aspiraciones del pueblo.*  
[www.eltricontinental.org](http://www.eltricontinental.org)

Tricontinental: Institute for Social Research  
*is an international, movement-driven institution  
focused on stimulating intellectual debate that serves  
people's aspirations.*  
[www.thetricontinental.org](http://www.thetricontinental.org)